

Elementos para uma história do processo de autonomização o exemplo do campo literário francês

Gisèle Sapiro

Tradução de Sergio Miceli e Evania Guilhon

Pierre Bourdieu lançou as bases de uma sociohistória do processo de autonomização do campo literário que era, segundo ele, uma das condições da “autonomização metodológica” do campo literário como objeto de estudo (Bourdieu, 1966, pp. 865-906). Os numerosos trabalhos realizados sobre o campo literário francês em diferentes períodos – por Alain Viala, Roger Chartier, Robert Darnton, Christophe Charle, Anna Boschetti e outros – permitem propor, hoje, alguns elementos de síntese e de reflexão para o estabelecimento dos marcos dessa história.

Nem linear, nem teleológica, tal abordagem deve relacionar o exercício da atividade literária às suas condições sociais e aos tipos de restrições estruturais que pesam sobre ela. Essas, por sua vez, levam à diversificação dos princípios de estruturação desse universo e ao surgimento de figuras concorrentes de autor: o “escritor de Estado”, o “artista”, o “intelectual” e o “escritor profissional”, bem como de uma variedade de instituições da vida literária. Segundo Pierre Bourdieu, a autonomização do campo literário depende de três condições: a emergência de um corpo de produtores especializados; e a existência de instâncias de consagração específicas; a existência de um mercado (Bourdieu, 1971a, pp. 1.345-1.378; 1971b, pp. 49-126; 1992).

O escritor de Estado

A primeira condição relaciona-se ao processo, descrito por Max Weber, de diferenciação e de especialização das atividades, em virtude dos progressos da divisão do trabalho. A autonomização do campo literário é fruto do surgimento de um corpo de produtores especializados, habilitados a expressar um juízo estético sobre os produtos artísticos e a fixar seu valor. O “nascimento do escritor”, como demonstrou Alain Viala (1985), está ligado à emergência, no século XVII, de um grupo de letrados que se diferenciava dos doutores da Universidade ligados à Igreja, apoiados no poder absolutista para promover a língua francesa, mundana, contra o latim, pertencente à ordem erudita européia. Essa fase inicial da autonomização da atividade literária é acompanhada das primeiras reivindicações profissionais (direito do autor) e também marcada pela oficialização da Academia Francesa, à qual o rei delega o poder de legislar em matéria de linguagem. A delegação desse poder de consagração libera parcialmente a atividade literária do clientelismo, no qual prevalece o juízo do encomendante. A segunda condição assim se completa, mas a oficialização da Academia exige, em troca, a sujeição ao poder, o que leva Christian Jouhaud (2000)¹ a afirmar que o processo de autonomização passa por uma fase de dependência reforçada do Estado.

1. Para uma análise diferente da História da Academia Francesa, ver Merlin (2001).

Por outro lado, esse processo permanece inacabado. Será necessário mais de um século para que as reivindicações profissionais sejam satisfeitas. O decreto de 1777 reconhece pela primeira vez a obra como fruto de um trabalho e o direito do autor de obter um rendimento por ele (Chartier, 1992, pp. 57-58). Nessa época desenvolve-se igualmente um verdadeiro mercado do livro, que permanece, entretanto, controlado e regulado pelo Estado por meio do sistema de autorizações prévias e do monopólio da corporação dos livreiros. Fazer da literatura um comércio continua sendo mal visto pela “aristocracia literária” mantida pelo regime, que acumula cargos, funções oficiais e postos acadêmicos, espécie de “escritores do Estado” que denunciam a “malta de escribas” (*canaille écrivante*), condenada a viver da sua pena, como mostrou Robert Darnton (1983, cap. 1). O espaço literário se estrutura, então, por meio dessa oposição entre escritores que ocupam posições dominantes e escritores dominados.

No entanto, segundo Roger Chartier (2000, pp. 220 ss.), essa época assinala a emergência de uma “esfera pública literária” que favorece a autonomização dessa atividade em relação ao Estado. Ao se aliarem à Cidade con-

tra a Corte, os acadêmicos contribuíram, no final, para a ruína do monopólio da Academia sobre a regulamentação da atividade e para a constituição dessa “esfera pública literária”. Mas é sobretudo o surgimento do mercado, regulado pela sanção do público, que libera a atividade literária do domínio estatal.

O modelo vocacional: o artista

O século XIX é caracterizado pelo recuo do controle do Estado da esfera literária, com a liberalização econômica seguida da política, sob a Terceira República. A liberalização do mercado do livro, após a Revolução, e sua industrialização estão na origem da constituição de um verdadeiro mercado de bens simbólicos. Com efeito, o mercado libera a produção cultural do clientelismo e do mecenato, ao instituir novas condições de produção, principalmente invertendo a ordem temporal entre a oferta e a procura que, tornada impessoal, só pode fazer-se conhecer, posteriormente, por meio dos índices de vendas, com o editor passando a ocupar o lugar do patrão. Essa liberdade puramente formal está, segundo Pierre Bourdieu (1971b, pp. 53-54), na origem da ideologia romântica do criador inciado, com a “criação” opondo-se à “execução” e a concorrência induzida pela lógica do mercado favorecendo a imposição do princípio da originalidade como maneira de se distinguir. Roger Chartier (1992, pp. 57-58) sugere também que, se o estilo tornou-se a marca de distinção do autor, é porque, diferentemente das idéias, ele não pode ser plagiado. Dessas transformações surgem duas figuras opostas de escritor: o “escritor empresário”, encarnado por Balzac, e o modelo vocacional e profético do “artista”, nascido da transferência da função sagrada do mundo religioso para o mundo das letras, com a liberalização e a laicização, e encarnado pelo romantismo (cf. Bénichou, 1996). O princípio da originalidade, centrado no estilo e na forma, aparece sobretudo como uma resposta ao desenvolvimento do que Sainte-Beuve chamou de “literatura industrial”, literatura padronizada segundo receitas contra a qual ele ostenta sua raridade. Em oposição a esses produtos industriais determinados por inteiro pela demanda, que devem corresponder às características sociais de seus públicos, os autores, ao afirmar sua diferença e sua originalidade, reapropriam-se de suas obras, que levam a marca do *habitus* do criador.

Desse modo, contra o pólo da grande produção, regido pela lógica econômica da rentabilidade a curto prazo (índices de venda), e contra a figura

do “escritor mercenário”, constitui-se um pólo de produção restrita que decreta a irredutibilidade do valor estético ao valor mercantil do produto e a preeminência do juízo dos especialistas (os pares e os críticos) sobre as sanções de um público de profanos (cf. Bourdieu, 1971b; 1983, pp. 311-356; 1991, pp. 4-46). Ao privilegiar o olhar dos pares e seu julgamento, a literatura, no seu pólo mais autônomo, liberta-se da sanção do público. Ao introduzir um novo princípio de estruturação do espaço literário que opõe autonomia e heteronomia, a inversão da lógica econômica e a afirmação mais geral da independência do juízo estético em relação às expectativas econômicas, políticas e morais marcam o surgimento de um campo literário relativamente autônomo. Ao mesmo tempo em que rechaçam a lógica do mercado, os escritores reivindicam sua autonomia perante o político e a moral pública e religiosa. O modelo é aquele do artista desembaraçado de todo constrangimento social, afora as exigências da sua arte. A teoria da “arte pela arte” (cf. Cassagne, 1997) desenvolvida sob o Segundo Império ilustra perfeitamente essa recusa da subordinação do juízo estético a qualquer lógica extraliterária, quer se trate da lei do mercado ou do juízo moral e político, numa época em que a censura moral e política continua vigente, como testemunham os processos judiciais de Baudelaire e Flaubert em 1857. Logo, os argumentos da arte pela arte foram em parte forjados em defesa dos escritores perseguidos por ultraje à moral religiosa e aos bons costumes, num momento de diferenciação do campo literário e do campo religioso (cf. Prassoloff, 1989)².

2. Sobre as relações entre campo literário e campo religioso, ver Serry (2002, pp. 37-60).

A figura do intelectual

Levada ao extremo, a lógica da autonomia ameaçava, entretanto, confinar a literatura a um público restrito e trancá-la em uma “torre de marfim”, pondo em risco seu papel social e, portanto, sua pretensão à universalidade. Desde o final do século XIX, o argumento da “arte pela arte” é amplamente contestado. A codificação da liberdade de expressão, com a lei de 1881 sobre a imprensa, suprime a dimensão subversiva que os processos de Flaubert e Baudelaire haviam ilustrado de maneira estrondosa. Com sua liberalização, a palavra do escritor não correria o risco de uma brusca desvalorização?

3. Esbocei uma genealogia desta noção em Sapiro (2001, pp. 219-240).

Em reação à liberalização do impresso, escritores católicos (ou recém-convertidos, a exemplo de Paul Bourget) desenvolvem a noção de “responsabilidade do escritor”, que eles contrapõem à liberdade de criação³.

“A responsabilidade do escritor limita seus direitos”, dirá um deles (Fonsegrive, 1917, p. 73). Em seu livro *Naissance de l'intellectuel catholique*, Hervé Serry mostra que essa disposição dos intelectuais católicos à heteronomia, num momento de autonomização do campo intelectual, se explica por suas trajetórias em declínio e pela ameaça de desvalorização que a democratização escolar e a ascensão do paradigma científico fazem pesar sobre seu principal capital – a cultura clássica (cf. Serry, 2001, pp. 91-110; 2004)⁴.

4. Ver também Einfalt (1999, pp. 137-147).

É por um engajamento contra os poderes públicos estabelecidos que os escritores defensores da autonomia literária vão se reapropriar dessa noção de responsabilidade, opondo, à definição dos moralistas bem-pensantes e dos nacionalistas prontos a invocar a “Razão de Estado”, a liberdade de consciência do intelectual independente e os valores propriamente intelectuais, como a verdade e a liberdade de expressão (cf. Charle, 1990). O pensador, mais que o artista, constitui o modelo que funda essa figura do intelectual inaugurada por Zola na época do “*affaire Dreyfus*”, e que Sartre levará a seu apogeu logo após a Segunda Guerra Mundial.

Mas, se a memória coletiva reteve as individualidades que personificaram no mais alto grau essa figura do intelectual (cf. Suleiman, 1993, pp. 11-14; Bourdieu, 1980, pp. 11-12; Boschetti, 1985), ela não deve encobrir a especificidade do tipo de engajamento coletivo que valoriza o capital simbólico do grupo e marca o surgimento do campo intelectual. A petição foi a forma de intervenção pontual, que logo se perpetua, ou até mesmo se institucionaliza, por meio de grupos como a Liga dos Direitos do Homem e a Liga da Pátria Francesa. O grupo de vocação ético-política torna-se um dos modos de agregação correntes no campo literário francês sob a Terceira República, da União para a Verdade de Paul Desjardins, passando pela Associação dos Artistas e Escritores Revolucionários, até o Comitê de Vigilância dos Intelectuais Antifascistas nos anos de 1930 (cf. Racine-Furland, 1977, pp. 87-113; 1996, pp. 29-47). O engajamento político dos escritores permite-lhes assumir sua “responsabilidade” e seu “papel social” sem subordinar sua arte ao serviço de uma causa. As vanguardas, em especial os surrealistas, querem fazer da arte um instrumento de subversão social, um instrumento da “Revolução”.

Entretanto, esse novo modo de afirmação da autonomia dos intelectuais, viabilizado pela liberalização política, encontra-se ameaçado por sua dependência da oferta política e das tentativas de captação e de desvio desse capital simbólico pelos partidos e por outras organizações políticas.

5. Ver especialmente os estudos recentes reunidos por Aron, Matonti e Sapiro (2002).

As relações que os intelectuais franceses mantiveram com o Partido Comunista oferecem um exemplo paradigmático dessa lógica⁵. A experiência dos surrealistas, que aderem ao PCF em 1927 e o abandonam pouco depois, ilustra a contradição fundamental entre a liberdade da arte e a disciplina requerida pelo engajamento político (cf. Nadeau, 1945; Bandier, 1999).

Demonstrei em outra oportunidade que, se o modo privilegiado de politização do campo literário foi o profetismo, que se ajustava bem à definição vocacional do ofício, as formas assumidas por essa politização devem ser relacionadas à estrutura do próprio campo (cf. Sapiro, 2001a, pp. 19-53; 2003a, pp. 633-52; 2004b). Também aventei a hipótese de que a politização do campo literário na França foi um meio de compensar a falta de profissionalização do ofício de escritor num momento de diferenciação e de especialização das profissões – em particular os políticos, os jornalistas e os cientistas –, que privam os homens de letras de alguns de seus domínios de competência, como a política, a história nacional, a moral e o estudo dos costumes, o conhecimento da vida psíquica etc. Um movimento de profissionalização se esboça, entretanto, a partir do século XIX. É disso que vou tratar agora.

A emergência do escritor profissional

A liberalização econômica se faz acompanhar por uma liberalização política progressiva, que permite a multiplicação de instâncias profissionais (sociedades de autores e, depois, sob a Terceira República, associações e sindicatos de autores), bem como de instâncias de difusão (edição, imprensa, escola) e de consagração (revistas, prêmios literários). Tais instâncias favoreceram o desenvolvimento profissional⁶ do ofício de escritor, sem que esse desenvolvimento tivesse se realizado por completo. O movimento de profissionalização do ofício de escritor, iniciado com o surgimento das sociedades de autores (a Sociedade dos Autores Dramáticos em 1793, a Sociedade dos Literatos em 1835), sob o estímulo, por exemplo, de Beaumarchais e Balzac – que inauguram o modelo do “escritor empresário” –, conhece um novo impulso após a liberalização política sob a Terceira República, em especial após a promulgação do direito à associação (lei de 1884, que autoriza os sindicatos profissionais, e lei de 1901, sobre as associações), e se desenvolve entre as duas guerras, como nas outras profissões intelectuais e liberais. Opondo-se ao amadorismo

6. Segundo a expressão de Andrew Abbott (1988), que a prefere àquela de “professionalisation”.

esclarecido das elites, ele se traduz, por um lado, pela multiplicação de instâncias representativas da profissão (Sociedade dos Poetas Franceses, Associação dos Escritores Combatentes, Sindicato dos Literatos etc.) e, por outro, pela obtenção de uma série de conquistas sociais (extensão do direito de autor, direito à habitação, previdência social, estatuto fiscal, até a elaboração de um estatuto social do escritor em 1977) e pelo esboço de uma política cultural voltada para a criação literária (Caixa Nacional das Letras, fundada pela primeira vez em 1930, recriada em 1946 e substituída em 1973 pelo Centro Nacional das Letras, rebatizado em 1992 como Centro Nacional do Livro) que testemunham o reconhecimento, pelo Estado⁷, do estatuto do autor.

Todavia, os empreendimentos de unificação do corpo profissional se defrontaram durante muito tempo com resistências devidas aos “efeitos de campo” (Bourdieu, 1985, p. 73). Tais resistências procedem de três fatores principais. Em primeiro lugar, o princípio da originalidade, que se impôs com o movimento romântico, favoreceu a emergência de uma definição carismática e vocacional do ofício de escritor, assim como o princípio de uma evolução por revoluções em detrimento de uma concepção mais profissional que levaria à rotinização do carisma. Em segundo lugar, a heterogeneidade do recrutamento social e das condições de exercício do ofício, em especial a oposição entre os que vivem da sua pena e aqueles que exercem um segundo ofício. Ora, a definição profissional de escritor independente se funda unicamente no critério dos proventos advindos da produção literária, o que exclui os escritores que exercem um segundo ofício. Esse problema durante muito tempo impediu a unificação da profissão como tal e favoreceu a manutenção da definição vocacional do ofício de escritor. Em terceiro lugar, a multiplicidade das instâncias de consagração concorrentes, nenhuma das quais, à exceção da Igreja no campo religioso ou de outras corporações profissionais, conseguiu monopolizar o poder de legitimação, nem impor as condições de acesso ao ofício (cf. Sapiro, 2002, pp. 139-149; 2004).

O reconhecimento do juízo dos especialistas

Se o acesso ao campo literário não está, portanto, regulamentado, mesmo assim ele é muito seletivo, regido pelas instâncias de difusão e de consagração. No pólo de produção restrita, a instância mais representativa do princípio de autonomia é a revista, na qual a crítica e o juízo dos pares

7. Existem ainda poucos trabalhos sobre essas instâncias profissionais. Para uma análise mais detalhada desse movimento de profissionalização, ver Sapiro (2004a). Sobre as organizações corporativas católicas, ver Serry (2004, cap. 5). Sobre a Confederação dos Trabalhadores Intelectuais, ver Chatriot (1996). Sobre a implementação de uma política do livro depois da liberação, ver Surel (1997). Sobre a fundação da União dos Escritores em 1968, ver Gobille (2003).

podem ser exercidos longe dos constrangimentos externos. Graças à liberalização política, as revistas proliferam sob a Terceira República. Entretanto, a expansão sem precedentes das profissões intelectuais e do impreso, no final do século XIX (cf. Charles, 1979), suscita, para essas pequenas empresas frágeis e condenadas ao declínio pela falta de recursos, o problema de sua sobrevivência. Sendo com frequência financiadas pela fortuna pessoal de um de seus animadores, elas dependem quase por inteiro da abnegação total de alguns indivíduos e favorecem a personalização das relações sociais no seio de um campo literário, o qual, ao contrário do mundo burocrático, em que os indivíduos são supostamente intercambiáveis, é fortemente individualizado desde o romantismo. Associando-se a uma editora, a revista *Le Mercure de France*, dos simbolistas, inaugura um modelo original que perpetua a empresa e permite aos colaboradores publicar suas obras em forma de livro. Esse modelo será seguido por outras revistas, como no caso exemplar de *La Nouvelle Revue Française*, que deu origem à editora que logrou o desenvolvimento mais espetacular desse século, ao conservar seu capital simbólico inicial e sua forte identidade literária: a editora Gallimard (cf. Boschetti, 1991, pp. 511-550). No entanto, mesmo se as revistas conservam, em relação às editoras a que deram o nome, o papel de “vitrine” e de instância de consagração, a associação a uma empresa comercial tem necessariamente um custo, devendo-se forçosamente encontrar um meio termo entre as exigências puramente estéticas e os interesses da editora, como demonstra a história de *La Nouvelle Revue Française* e da editora Gallimard.

Dessa maneira, devido a uma reviravolta histórica, pode-se dizer que o pólo de produção restrita logrou o reconhecimento de seu poder de consagração e, assim, de produção do valor no mercado. Rapidamente, com efeito, a necessidade de intermediários – desde representantes de editoras até leitores, críticos e professores – surgiu como uma exigência inerente a um mercado em superprodução permanente. O sucesso alcançado pelos prêmios literários (sobre os quais não me estenderei aqui) e a exploração que deles souberam fazer os editores são testemunhas dessa lógica. Como demonstrou Pierre Bourdieu (cf. 1977, pp. 3-45), o mercado do livro polarizou-se entre uma lógica de rentabilidade a curto prazo, apostando nas vendas rápidas e nos sucessos efêmeros, e a lógica mais arriscada do investimento a longo prazo, diante da constituição de um estoque de obras destinadas a se tornar “clássicos”, graças sobretudo à sua “canonização” por intermédio do sistema escolar. O valor econômico ines-

timável do catálogo da editora Gallimard, cobiçado hoje pelos grandes grupos (cf. Guillou e Maruani, 1989)⁸, ilustra bem a maneira pela qual o capital simbólico acumulado pode se converter em capital econômico a longo prazo, segundo a lógica própria da economia de bens simbólicos (raridade, prestígio associado ao nome próprio, o do autor e o da firma). Esse valor próprio foi reconhecido tanto pelo mercado como pelo Estado, como ilustra o desenvolvimento, desde os anos de 1950, de uma política cultural destinada a sustentar as empresas culturais mais arriscadas em termos econômicos, com auxílios à criação e à edição (cf. Surel, 1997; Urfalino, 1996; Dubois, 1999). Consta-se assim o quanto frágil é essa autonomia duramente conquistada, cuja evolução não é linear, nem irreversível, no que respeita ao mercado ou ao Estado (cf. Sapiro, 2003b, pp. 441-461).

8. Ver também Reynaud (1999, pp. 3-11).

Concluindo este rápido percurso, pode-se dizer que toda a etapa de autonomização suscita uma nova forma de dependência: o Estado libera do clientelismo e delega o poder literário aos especialistas, mas exige em contrapartida o serviço ao rei; o mercado libera do Estado, mas torna a literatura dependente das sanções do público; a reivindicação da responsabilidade do escritor diante dos poderes políticos choca-se com a lógica de reapropriação política; a profissionalização leva, por sua vez, a uma maior dependência ante as imposições editoriais e os novos procedimentos de *marketing*.

Essas evoluções são visíveis nos tipos de instituições e nas figuras típico-ideais do escritor que se sucederam na história. Após a academia (corpo), a sociedade literária, a revista, o grupo com vocação ético-política e a associação profissional, predomina hoje a sociabilidade literária.

Após o desaparecimento do escritor de Estado, a figura do escritor ficou muito tempo oscilando entre três modelos: o do empresário, como Balzac, que no entanto, na falta de uma deontologia profissional, corre o risco de adotar práticas “mercenárias”; o das profissões liberais, cuja deontologia se funda em princípios de autonomia, de responsabilidade e de desinteresse; e o modelo vocacional e profético nascido da transferência da função sagrada do mundo religioso para o mundo das letras com a laicização da sociedade.

Enquanto a figura do artista personificou por um tempo a rejeição das condições externas, motivada pelo princípio da autonomia e pela ética do desinteresse, a figura do intelectual restituiu ao escritor uma missão universal, ao desprender a noção de responsabilidade de seus esperados heterônimos para substituí-la por uma ética de responsabilidade autôno-

ma e profissional, segundo o modelo do sábio e das profissões liberais (serviço da verdade e da justiça). A profissionalização do ofício de escritor, nos anos de 1970, contribuiu para o declínio da figura do escritor profético que se ajustava bem à definição vocacional do ofício, a favor de formas de mobilização mais corporativistas.

Referências Bibliográficas

- ABBOTT, Andrew. (1988), *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago/Londres, The University of Chicago Press.
- ARON, Paul; MATONTI, Frédérique & SAPIRO, Gisèle (dir.). (2002), “Le réalisme socialiste en France”. *Sociétés et Représentations*, 15 dez.
- BANDIER, Norbert. (1999), *Sociologie du surréalisme, 1924-1929*. Paris, La Dispute.
- BÉNICHOU, Paul. (1996), *Le sacre de l'écrivain, 1750-1830: essai sur l'avènement d'un pouvoir spirituel laïque dans la France moderne*. 2. ed. Paris, Gallimard (coleção Bibliothèque des Idées).
- BOSCHETTI, Anna. (1985), *Sartre et “Les Temps Modernes”: une entreprise intellectuelle*. Paris, Minuit.
- _____. (1991), “Légitimité littéraire et stratégies éditoriales”. In: CHARTIER, Roger & MARTIN, Henri-Jean (orgs.). *Histoire de l'édition française*, t. 4 (*Le livre concurrenté, 1900-1950*), Paris, Fayard/Promodis.
- BOURDIEU, Pierre. (1966), “Champ intellectuel et projet créateur”. *Les Temps Modernes*, 246, nov.
- _____. (1971a), “Disposition esthétique et compétence artistique”. *Les Temps Modernes*, 295.
- _____. (1971b), “Le marché des biens symboliques”. *L'Année Sociologique*, 22.
- _____. (1977), “La production de la croyance”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 13, fev.
- _____. (1980), “Sartre”. *London Review of Books*, 2, 20 nov.-3 dez.
- _____. (1983), “The field of cultural production, or: the economic world reversed”. *Poetics*, 12 (4-5).
- _____. (1985), “Effet de champ et effet de corps”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 59, set.
- _____. (1991), “Le champ littéraire”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 89, set.
- _____. (1992), *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris, Seuil.
- CASSAGNE, Albert. (1997), *La théorie de l'art pour l'art en France chez les derniers romantiques et les premiers réalistes*. Paris, Champ. Vallon.

- CHARLE, Christophe. (1979), *La crise littéraire à l'époque du naturalisme: roman, théâtre, politique*. Paris, PENS.
- _____. (1990), *Naissance des "intellectuels", 1880-1900*. Paris, Minuit.
- CHARTIER, Roger (1992), *L'ordre des livres: lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre XIV^e et XVIII^e siècle*. Aix-en-Provence, Alinéa.
- _____. (2000), *Les origines culturelles de la Révolution française*. 2. ed. Paris, Seuil (coleção Points).
- CHATRIOT, Alain. (1996), *La notion de "chômeur intellectuel" et l'action de la CTI: Confédération des Travailleurs Intellectuels en France pendant les années 1930*. Dissertação de mestrado. Paris, Universidade de Paris I.
- DARNTON, Robert. (1983), *Bohème littéraire et révolution: le monde des livres au XVIII^e siècle*. Paris, Gallimard/Seuil (coleção Hautes Études).
- DUBOIS, Vincent. (1999), *La politique culturelle: genèse d'une catégorie d'intervention publique*. Paris, Belin.
- EINFALT, Michael. (1999), "Jacques Maritain et le champ littéraire français des années 1920: catholicisme versus autonomie". *Regards Sociologiques*, 17.
- FONSEGRIVE, Georges. (1917), *De Taine à Péguy: l'évolution des idées dans la France contemporaine*. Paris, Bloud et Gay.
- GOBILLE, Boris. (2003), *Crise politique et incertitudes: régimes de problématisation et logiques de mobilisation des écrivains en mai 68*. Tese de doutorado. Paris, EHESS.
- GUILLOU, Bernard & MARUANI, Laurent. (1989), *Les stratégies des grands groupes d'édition: analyses et perspectives*. Paris, Ed. du Cercle de la Librairie/Observatoire de l'Économie du Livre.
- JOUHAUD, Christian. (2000), *Les pouvoirs de la littérature: histoire d'un paradoxe*. Paris, Gallimard (coleção NRF Essais).
- MERLIN, Hélène. (2001), *L'excentricité académique: littérature, institution, société*. Paris, Les Belles Lettres (coleção Histoire).
- NADEAU, Maurice. (1945), *Histoire du surréalisme*. Paris, Seuil.
- PRASSOLOFF, Annie. (1989), *Littérature en procès: la propriété littéraire en France sous la Monarchie de Juillet*. Tese de doutorado. Paris, EHESS.
- RACINE-FURLAND, Nicole. (1977), "Le comité de vigilance des intellectuels antifascistes, 1934-1939: antifascisme et pacifisme". *Le Mouvement Social*, 101, out. -dez.
- _____. (1996), "L'AEAR". *Le Mouvement Social*, 54, jan. -mar.
- REYNAUD, Bénédicte. (1999), "L'emprise de groupes sur l'édition française au début des années 1980". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 130, dez.
- SAPIRO, Gisèle. (2001a), "De l'usage des catégories de droite et de gauche dans le champ littéraire". *Sociétés et Représentations*, 11, "Artistes/Politiques", fev.
- _____. (2001b), "La responsabilité de l'écrivain: de Paul Bourget à Jean-Paul Sartre".

- In: JURT, Joseph (dir.). *Le texte e le contexte: analyses du champ littéraire français XIX^e-XX^e*, Actes du Colloque de Fribourg, 21-23 de octobre 1999, Berlin, Verlag Arno Spitz.
- _____. (2002), “De l'écrivain d'État à l'intellectuel”. In: PINTO, Eveline (dir.). *Penser l'art et la culture avec les sciences sociales*, Paris, Publications de la Sorbonne.
- _____. (2003a), “Forms of politicization in the French literary field”. *Theory and Society*, 32.
- _____. (2003b), “The literary field between the state and the market”. *Poetics*, 31 (5-6), out.-dez.
- _____. (2004a), “Entre individualisme et corporatisme: les écrivains das la première moitié du XX^e siècle”. In: KAPLAN, Steven & MINARD, Philippe (dir.). *La France malade du corporatisme*, Paris, Belin.
- _____. (2004b), “Le champ littéraire français: structure, dynamique et formes de politisation”. *Berliner Journal für Soziologie*, maio.
- SERRY, Hervé. (2001), “Déclin social et revendication identitaire: la 'renaissance littéraire catholique' de la première moitié du XX^e siècle”. *Sociétés Contemporaines*, 44.
- _____. (2002), “Littérature et religion catholique (1880-1914): contribution à une socio-histoire de la croyance”. *Cahiers d'Histoire*, 87.
- _____. (2004), *Naissance de l'intellectuel catholique*. Paris, La Découverte.
- SULEIMAN, Susan Rubin. (1993), “L'engagement sublime: Zola comme archétype d'un mythe culturel”. *Les Cahiers Naturalistes*, 67 (ed. especial de Alain Pagès, “Emile Zola, Bilan et Perspectives”).
- SUREL, Yves. (1997), *L'État et le livre: les politiques publiques du livre en France (1957-1993)*. Paris, L'Harmattan.
- URFALINO, Philippe. (1996), *L'invention de la politique culturelle*. Paris, La Documentation Française.
- VIALA, Alain. (1985), *Naissance de l'écrivain: sociologie de la littérature à l'âge classique*. Paris, Minuit.

Resumo

O artigo propõe alguns elementos de síntese e reflexão com vistas a recuperar os flancos de uma sociohistória do processo de autonomização do campo literário, cujas bases foram lançadas por Bourdieu. Essa história deve relacionar o exercício da atividade literária às suas condições sociais e aos tipos de constrições estruturais que incidem sobre ela. Tais constrangimentos provocaram a diversificação dos princípios de estruturação desse universo e a emergência de figuras concorrentes de autor: “o escritor de Estado”, “o artista”, “o intelectual” e “o escritor profissional”, bem como uma variedade de instituições da vida literária.

Palavras-chave: França; Literatura; Sociologia da cultura; Profissões; Intelectuais.

Abstract

The article addresses some synthesis elements and reflections in order to recover a social history of the “autonomization” process of the literary field, whose foundations were laid down by Bourdieu. That history should relate the exercise of literary activity to its social conditions as well as to the kinds of structural constrictions affecting it. Those constraints led to a growing diversification of structuring principles of such universe and to the rise of rival embodiments of the author: “the State writer”, “the artist”, “the intellectual” and “the professional writer”, along a variety of institutions of literary life.

Keywords: France; Literature; Sociology of culture; Professions, Intellectuals.

Gisèle Sapiro é socióloga e pesquisadora no CNRS (Centro de Sociologia Européia).